

CONJUNTO 3:

Texto “Resistência camponesa e graves violações de direitos humanos na ditadura militar”

As lutas pela Reforma Agrária foram alguns dos elementos sensíveis que levaram ao golpe de 1964. O período mais brutal da repressão no campo antecedeu o golpe militar com perseguições, torturas e assassinatos das lideranças camponesas que se opunham ao projeto político e econômico hegemônico. A destruição das organizações camponesas, que reuniam massas na luta por reforma agrária, foi condição para que o golpe de Estado se efetivasse.

(...) Os dados estatísticos revelam uma assombrosa realidade tão pouco falada. Foram 1.196 casos estudados de mortes e desaparecimentos forçados de camponeses e seus apoiadores a partir dos registros da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Comissão Pastoral da Terra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República / Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDH/MDA) à luz dos direitos da Justiça de Transição. Há registro de nomes, data e local de morte ou desaparecimento de cada um dos casos estudados de camponeses e apoiadores, incluindo as características da militância da vítima e o indicativo de envolvimento de agentes do Estado que, por ação, conluio ou omissão, estiveram envolvidos nos crimes de morte e desaparecimento. (...)

Sobre os crimes cometidos no campo, muitos deles ainda hoje não têm o devido inquérito policial que garanta a abertura de um procedimento investigativo. Ainda assim, quando o inquérito policial é instaurado, a realidade para a população camponesa é o descaso, a morosidade e a impunidade.

Fonte: www.memoriasdaditadura.org.br/cnv-e-as-lutas-por-terras/

Trajetória: Dirce Machado

De como a menina, filha de arrendatários explorados nas terras de Rio Verde, Goiás, alcançaria importante papel na resistência de um dos principais movimentos de posseiros do país, é uma história de causar surpresa ao seu próprio curso – tão cheia de encantamento e horror que mal caberia em um só roteiro de ficção. Assim foi desde o despertar para a vida política, quando Dirce Machado da Silva, ainda criança, viu-se designada à tarefa de queimar os livros de seu tio comunista. Era 1948 e o Partido Comunista entrava na ilegalidade. Ela obedeceu à incumbência familiar, com exceção de um único título, que lhe agradou especialmente: chamava-se O Cavaleiro da Esperança, escrito por Jorge Amado.



Eu tinha 14 anos e me apaixonei pelo livro. Minha mãe não gostava que eu lesse porque eu ficava triste, chorava muito. Nossa luz era de lamparina, então quando meus pais dormiam, eu ia pro paiol, pegava a lamparina que tinha escondido e ia para lá ler, lia até tarde. Eu lia trecho por trecho, cheguei quase a decorar o livro. Eu achava que o personagem do livro era fictício.

Certo dia, chegou à fazenda um exemplar do jornal Terra Livre portando a manchete “Aniversário do Cavaleiro da Esperança”, em referência ao apelido de Luiz Carlos Prestes, que dera nome ao livro descoberto por Dirce. O cavaleiro era um personagem real, deduziu ela com espanto. Como contou à pesquisadora Ana Lúcia Nunes, sentiu então o sangue subir, o rosto embranquecer, a visão escurecer. Era como se a ficção invadisse a desavisada realidade; e, nesse instante, a jovem leitora tomasse as rédeas de seu próprio destino, tornando-se futuro personagem da história nacional. É possível mudar o rumo do mundo, entendeu a menina. Aos 14 anos de idade, Dirce entrou para o Partido Comunista. Aos 15, mudou-se para Goiânia, onde militou na União da Juventude Comunista (UJC). “Tive muita formação política durante minha adolescência no Partido. Era da secretaria de finanças. Fazíamos campanhas de finanças, rifas e tínhamos vários contribuintes voluntários.” Na militância, conheceu José Ribeiro Silva, com quem se casou e se mudou de volta para o campo, sob orientação do Partido. (...) Além de ajudar nas tarefas gerais de organização do Partido, Dirce desenvolveu um trabalho especial com as mulheres, que acabaram por formar o chamado “Quartel General Feminino”. Eram cerca de dez mulheres, mas muitas outras ajudavam, conta ela, fosse cuidando dos filhos das que estavam à frente do movimento, fosse levando-lhes notícias e mantimentos. (...)

Em 1964, a notícia do golpe e das atrocidades cometidas contra seus opositores estimulou a fuga de Dirce e de seu marido, então primeiro-secretário do PCB. O casal deixou os filhos sob os cuidados de parentes e se escondeu debaixo das pedras, em meio à mata, como lembra Dirce:

Fiquei 15 dias sozinha, debaixo de uma pedra grande, Dirce Machado da Silva dentro da mata. Os aviões passavam em vôo rasante. Meu marido tinha ido encontrar outros membros da direção da associação. Fui picada por uma lacraia da pedra e minha perna infeccionou, provocando uma dor horrível. Foi um sofrimento. Meus peitos cheios de leite, longe de minha nenezinha, eu não sabendo o que ia nos acontecer. Sentia muita dor na perna, nos peitos... Tinha febre alta, sem remédios, dentro da mata. Chovia muito. E eu só ouvia e sentia a presença de bichos.

Em busca de tratamento, guiada por um amigo, Dirce viajou montada a cavalo durante dois dias e duas noites. Atravessaram rio, seguiram um trecho a pé e enfim chegaram a Brasília, onde ela foi atendida e tratou os ferimentos. Quatro meses depois, voltaria a encontrar o marido nas montanhas, onde viveram clandestinamente, até decidirem voltar ao acampamento de Formoso, em 1965. Uma noite, surpreendidos por um pelotão comandado pelo Dops, foram presos. (...)

Aí foi o terror. Começaram a espancar meu marido e meu irmão. E eu virava o rosto para não ver. Os soldados me deram um safanão e puxaram meus cabelos, para que eu assistisse à horrível cena. (...) Diziam que eu era uma “puta safada”, que eu preferia ver meu marido e meu irmão morrerem picadinhos e não contar onde estavam meus cúmplices. Meu irmão roxo de pancada, riscado de faca e queimado de cigarros; meu marido com o nariz quebrado, o rosto deformado de pancadas, ambos ensanguentados.

Além do sofrimento físico, a dor causada pela tortura psicológica não tem pé nem tem cabeça. É apenas monstruosa. “Tem hora que a gente perde o raciocínio, né?”, explica Dirce, ao lembrar que, depois de ouvir dos soldados que seu marido havia sido morto enforcado e vê-lo pendurado a uma árvore pelos pés, a cara ensanguentada, pensou “enforcado pelos pés?!” e soltou uma gargalhada. Com isto, recebeu mais pancada. “O plano deles era me fazer ficar de joelhos, chorando, implorando, isso eles não conseguiram nunca.”

Quando foram liberados da prisão, voltaram para Formoso. “Chegamos arrasados, doentes, fracos e aterrorizados”. Seu rancho havia sido saqueado pela polícia, não tinham mais roça nem o que comer. Plantaram e recomeçaram a vida. Em 1972, sob severa vigília policial, buscavam seguir adiante, até seu marido ser preso novamente, junto a outros companheiros; ela, interrogada e ameaçada várias vezes, sem saber o destino dos prisioneiros. Trinta dias depois, o marido retornou – doente, magro, pálido de tanto sofrer na prisão.

Ele nunca mais teve saúde. Era uma guerra de nervos permanente. Meus filhos e eu estávamos arrasados, ninguém tinha mais sossego. Meus filhos tiveram prejuízos nos estudos e na saúde. Economicamente, o prejuízo foi incalculável. Com as torturas, meu marido, meu irmão e eu ficamos arrebatados. Mas sabemos que o nosso sofrimento não foi em vão. Nos resta a certeza de que, quando tudo terminar, a nossa contribuição continuará presente em cada conquista da sociedade futura. Nunca deve ser esquecido o mal que a ditadura fez ao povo (...)